R. Cervellini
Revestimentos Ltda.

Demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e relatório dos auditores independentes

Approach Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores e quotistas da
R. Cervellini Revestimentos Ltda.
Presidente Prudente - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da R. Cervellini Revestimentos Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da R. Cervellini Revestimentos Ltda., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como partes da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 01 de setembro de 2025.

APPROACH AUDITORES INDEPENDENTES S S:06017215000100

Assinado digitalmente por APPROACH AUDITORES INDEPENDENTES S S:06017215000100
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=SP, L=Presidente Prudente, OU=Presencial, OU=15055927000104, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, CN=APPROACH AUDITORES INDEPENDENTES S S:06017215000100
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.09.01 16:40:39-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0

LEANDRO ANTONIO MARINI PIRES:16461734813

Assinado digitalmente por LEANDRO ANTONIO MARINI PIRES:16461734813
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=15055927000104, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(em branco), CN=LEANDRO ANTONIO MARINI PIRES:16461734813
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.09.01 16:40:59-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

Leandro Antonio Marini Pires
Sócio
Contador CRC 1SP185232/O-3

R. Cervellini Revestimentos Ltda.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	2024	2023	Passivo	Nota Explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	38.808	38.866	Fornecedores	**11**	23.962	29.498
Contas a receber	**5**	85.692	65.640	Empréstimos e financiamentos	**12**	22.228	13.100
Estoques	**6**	105.522	99.727	Obrigações trabalhistas	**13**	3.870	3.738
Impostos a recuperar	**7**	6.924	5.764	Impostos e contribuições a recolher	**14**	1.092	3.047
Adiantamentos	**8**	3.529	4.048	Outras contas a pagar	**15**	651	589
Depósitos judiciais	**17**	860	664	Adiantamentos de clientes	**16**	75.592	56.772
Despesas antecipadas		82	142	Juros sobre capital próprio			2.178
Total do ativo circulante		241.417	214.851	Total do passivo circulante		127.395	108.922
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judicial	**17**	6.621	6.200	Empréstimos e financiamentos	**12**	73.920	73.876
Outros Créditos		604	615	Impostos e contribuições diferidos	**14**	7	11
Investimentos	**9**	2.640	2.132	Provisão de contingências	**17**	6.124	4.076
Imobilizado	**10**	5.452	5.071				
Intangível		9	6	Total do passivo não circulante		80.051	77.963
Total do ativo não circulante		15.326	14.024	Patrimônio líquido			
				Capital social	**18**	2.000	2.000
				Adiantamento para futuro aumento capital		21.087	21.087
				Reserva de lucro	**18.1**	24.932	17.614
				Ajuste de Avaliação patrimonial	**18.2**	1.278	1.289
				Total do patrimônio líquido		49.297	41.990
Total do ativo		256.743	228.875	Total do passivo e patrimônio líquido		256.743	228.875

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

R. Cervellini Revestimentos Ltda.

Demonstrações do Resultado e Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais

	Nota Explicativa	2024	2023
Operações continuadas			
Receita líquida das vendas	**19**	305.253	274.403
Custo das mercadorias e serviços vendidas		(239.073)	(211.423)
Lucro bruto		66.180	62.980
(Despesa) Receita operacional			
Despesas comerciais		(12.315)	(12.062)
Despesas administrativas		(51.036)	(42.084)
Outras (receitas) despesas operacionais	**22**	25.138	27.676
Lucro operacional		27.967	36.510
(Despesa)/Receita financeira			
Receita financeira	**20**	2.908	3.551
Despesa financeira	**20**	(23.531)	(22.312)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.344	17.749
Imposto de renda - corrente	**21**		(1.036)
Contribuição social - corrente	**21**		(385)
Imposto de renda - diferido	**21**	4	6
Contribuição social - diferido	**21**	2	2
		6	(1.413)
Lucro do exercício		7.350	16.336

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2024	2023
Resultado do período	7.350	16.336
Outros resultados abrangentes	(11)	(16)
Resultado abrangente do exercício	7.339	16.320

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

R. Cervellini Revestimentos Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Capital social	Adiantamento para futuro Aumento capital	Reserva de lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucro do Exercício	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022		2.000	21.087	15.970	1.305		40.362
Resultado do exercício					(16)	16.336	16.320
Distribuição de lucros				(14.692)			(14.692)
Transferência para reserva de lucros				16.336		16.336	
Em 31 de dezembro de 2023		2.000	21.087	17.614	1.289		41.990
Resultado do exercício						7.350	7.350
Distribuição de lucros				(32)			(32)
Transferência para reserva de lucros				7.350	(11)	(7.350)	(11)
Em 31 de dezembro de 2024		2.000	21.087	24.932	1.278		49.297

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

R. Cervellini Revestimentos Ltda.
Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	7.350	16.336
Ajustes ao resultado		
Ajuste de avaliação patrimonial	(11)	(16)
Baixa bens imobilizado	200	700
Depreciação de ativo imobilizado	1.550	1.879
(=) Lucro Líquido Ajustado	**9.089**	**18.899**
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Contas a receber	(20.052)	(6.993)
Estoques	(5.795)	(20.601)
Impostos a recuperar	(1.160)	(2.229)
Adiantamentos	530	434
Despesas antecipadas	60	(57)
Depósitos judicial	(617)	(1.162)
Outros créditos		16
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(5.536)	(8.590)
Obrigações trabalhistas	133	324
Adiantamento de clientes	18.820	3.189
Impostos e contribuições a recolher	87	512
Outras contas a pagar	63	(831)
Juros sobre capital próprio	(2.178)	1.581
Caixa líquido das atividades operacionais	**(6.556)**	**(15.508)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições para investimentos	(508)	(456)
Aquisição de imobilizado	(2.131)	(3.239)
Aquisição de intangível	(3)	53
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(2.642)**	**(3.642)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	9.172	38.030
Distribuição de lucros	(32)	(14.692)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**9.140**	**23.338**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(58)**	**4.188**
Caixa e equivalentes de caixa no ínicio do período	**38.866**	**34.678**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**38.808**	**38.866**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(58)**	**4.188**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A R. Cervellini Revestimentos Ltda. ("Sociedade") é uma empresa que atua no comércio varejista e atacadista de materiais de construção.

No âmbito da operação física, a empresa possui lojas físicas em seis estados da federação e mais o Distrito Federal espalhado em quatro regiões do país: Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Opera com quatro centros de distribuição. É distribuidora líder no segmento de pisos e revestimentos com área de vendas total de mais de 18 mil metros quadrados.

Reconhecida pelo comprometimento com seus clientes, a empresa oferece as melhores condições comerciais através de parcerias com renomadas marcas nacionais e internacionais, sempre com soluções inovadoras, projetos inteligentes e agilidade no cumprimento de prazos de entrega.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Sociedade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Consideram ainda, os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, que alteraram, revogaram e introduziu novos dispositivos a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, provocando mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e na apresentação das demonstrações contábeis a partir de 1 de janeiro de 2008. Dessa forma, essas alterações foram analisadas e aplicadas no que foi pertinente e julgado relevante às demonstrações contábeis da Sociedade do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Sociedade incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para operações de crédito, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação às estimativas utilizadas, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Sociedade monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas em notas explicativas.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis e práticas estão descritas a cada nota explicativa, exceto as que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis individuais.

As demonstrações contábeis também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro *(International Financial Reporting Standards - IFRS)* emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

a. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Sociedade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Sociedade tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, liquidada, cancelada ou vencida.

A Sociedade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Sociedade são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

c. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria sociedade inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os custos serão auferidos pela Sociedade. Custos de manutenção e reparos

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Grupo	Anos
Instalações	10
Benfeitorias em bens de terceiros	04
Móveis e utensílios	10
Veículos	05
Computadores e periféricos	10
Maquinários e ferramentas	10
Edificações	25

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos demais estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. Os inventários físicos são realizados anualmente, sem acompanhamento de equipe de auditoria.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Sociedade sobre condições de que a Sociedade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Sociedade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de riscos similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Sociedade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Ativos disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda acumulada que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuível ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade como os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Provisões

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

g. Receita operacional

i. Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a sociedade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais da venda. Para venda de bens e peças, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue ao cliente. No caso da prestação dos serviços a mensuração ocorre no momento do serviço realizado.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, quando existentes, receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, quando existentes, despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável *(impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida, quando ocorrerem.

i. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000,00 no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Sociedade leva em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Sociedade acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Sociedade a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j. Distribuição de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Quando aplicável, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os proprietários é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, com base no Contrato Social.

ATUALIZAÇÕES DE REGULAMENTAÇÕES CONTÁBEIS - 2024

Atualizações e Revisões das Normas Brasileiras de Contabilidade, divulgadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e Comitê de Pronunciamentos Contábeis, para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

IAS – 7 / IFRS-7 – CPC/03 e CPC/40 – Acordo de Financiamento com Fornecedores (Supplier Finance) as alterações foram introduzidas para atender melhor às necessidades dos usuários, aumentando a transparência das operações de forfait e seus impactos nos passivos e fluxos de caixa da empresa. Para cumprir os novos requisitos, as organizações devem complementar as divulgações existentes.

IAS – 1 / CPC-26 – Passivo não circulante com covenants, visa a melhorar as informações fornecidas quando os direitos de postergar a liquidação de passivos estão sujeitos ao cumprimento de cláusulas de covenant.

IFRS – 16 / CPC-06 (R3) - Passivo de arrendamento em sale and leaseback, visa explicar como um vendedor arrendatário contabiliza uma venda e relocação após a data da transação.

OCPC – 10 – Créditos de Descarbonização, orienta para a contabilização, monitoramento e verificação de créditos relacionados a redução de emissões de carbono.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

IFRIC Agenda Decision Jul/24 – IFRS/8 – Segments, envolve julgamento e materialidade, ao divulgar itens de receita e despesa incluídos no valor do lucro ou prejuízo do segmento, que sejam regularmente fornecidos ao CODM – (Chief Operating Decision Maker). As entidades devem revisar suas demonstrações financeiras e notas explicativas, considerando critérios de materialidade e agregação previstos no IAS 1, para avaliar se são necessárias divulgações adicionais de informações por segmento

Pilar 2 da OCDE – IAS-12, isenção temporário e não mandatória sobre o não reconhecimento de impostos diferidos sobre o lucro. Necessária avaliação do tratamento do Imposto de Renda Diferido em 31/12/2024. Não aplicável sobre impostos correntes (conforme MP nº 1262/2024 e IN-RFB nº 2228/2024).

Ofício Circular CVM nº 01/2024, adoção de Impairment de ativos não financeiros, informações que acompanham as Demonstrações Contábeis relatório de administração e outros: EBITDA, EBITDA ajustado e outras métricas derivadas de EBITDA. Atendimento a Resolução CVM nº 156/2022.

NOVOS REQUERIMENTOS APLICÁVEIS APÓS O FECHAMENTO ANUAL DE 2024

IAS – 21, falta de permutabilidade entre moedas, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025;

IFRS – 9 e IFRS – 7, classificação e mensuração de instrumentos financeiros: transferências eletrônicas, Teste de SPPI, Instrumentos com termos que podem alterar fluxos de caixa, Divulgação de instrumentos patrimoniais designados como FVOCI, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2026.

ICPC – 09 (R3), Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial, à partir de 1º de janeiro de 2025.

CPC – 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, à partir de 1º de janeiro de 2025.
IFRS – 18, novos requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

IFRS – 19, Divulgações reduzidas para subsidiárias sem responsabilidade pública, vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da conta "Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa em poder da Sociedade, líquido de saldos bancários a descoberto. O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	2024	2023
Caixa	681	596
Contas correntes	478	142
Aplicação financeira	37.649	38.128
	38.808	38.866

As aplicações financeiras estão representadas por Fundo de Renda Fixa LF, CDB, RDC e compromissadas.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2024	2023
Duplicatas a receber	83.830	63.363
Cheques a receber	2.771	4.147
Títulos em precatório a receber	241	241
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.150)	(2.111)
	85.692	65.640

5.1 Contas a Receber de clientes

As contas a receber da empresa correspondem às vendas de mercadorias e serviços, relacionadas a pisos e revestimentos. O período médio de crédito na venda de pisos e revestimentos é de aproximadamente 56 dias.

A Sociedade efetua vendas antecipadas contabilizadas como adiantamentos de clientes. A Sociedade possui prática de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa das contas a receber, pois analisa periodicamente as contas a receber, e os títulos que sejam considerados como de difícil realização são reconhecidos diretamente como perda no resultado.

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela comercialização de pisos e revestimentos no decurso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

6 ESTOQUES

	2024	2023
Estoque de mercadorias para revenda	105.522	99.727
	105.522	99.727

Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição. A administração efetuou análise e não foi identificado itens em condições de obsolescência e ou possíveis perdas por redução ao valor realizável do ativo.

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

	2024	2023
ICMS s/Ativo Imobilizado	16	18
ICMS a recuperar	2.409	1.553
IPI a recuperar	319	282
ISS a recuperar	1	1
ICMS ST a recuperar	2.859	2.946
IRPJ a compensar	1.299	580
PIS a compensar	2	67
COFINS a compensar	9	307
Contribuição Previdenciária a recuperar	2	2
ICMS crédito s/ consignação	8	8
	6.924	5.764

A Sociedade apresenta acúmulo de ICMS sobre as operações, PIS/COFINS passíveis de serem compensados com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e Secretaria da Fazenda Estadual, e ICMS a ser apropriado mensalmente sobre a aquisição de bens do ativo imobilizado.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

8 ADIANTAMENTOS

	2024	2023
Adiantamento a fornecedores	2.857	3.418
Adiantamentos sobre folha	172	200
Adiantamentos de viagens	108	43
Contas correntes	392	387
	3.529	4.048

A empresa possui adiantamentos a fornecedores para a compra de mercadorias para a revenda, e operações com partes relacionadas registradas na rubrica contas correntes.

9 INVESTIMENTOS

	2024	2023
Cotas de consórcio	3	3
Ações	2.626	2.118
Debêntures	11	11
	2.640	2.132

Os investimentos estão representados em sua maioria por operações com ações em cotas de capital junto ao Banco Cooperativo Sisprime do Brasil no ano de 2024 a variação em relação ao período anterior corresponde a créditos recebidos de distribuição de sobras do exercício 2023, convertidas em cotas/ações no ano calendário de 2024.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

10 IMOBILIZADO

	2024	2023
Edificações	311	311
Móveis e utensilios	619	400
Veículos	1.222	1.615
Instalações	463	456
Maquinários	276	271
Ferramentas	38	7
Equipamento de Informática	312	325
Benfeitorias em bens de terceiros	491	510
Imobilização Leasing	11	36
Imobilização em andamento	1.696	1.134
Custo atribuído Veículos	2	
Custo atribuído Maquinários	11	6
	5.452	5.071

Movimentação do Imobilizado

Imobilizado	2023	Adições	Baixas	2024
Edificações	311			311
Móveis e utensilios	996	289		1.285
Veículos	3.414	554	501	3.467
Maquinários	983	296	237	1.042
Benfeitorias em bens de terceiros	1.898	27		1.925
Equipamento de Informática	1.918	132	18	2.032
Ferramentas	409	44	7	446
Instalações	919	89	20	988
Imobilização Leasing	1.155	108	288	975
Custo atribuído Veículos	51			51
Imobilização em andamento	1.134	562		1.696
Custo atribuído Maquinários	194	29	77	146
Letreiros e luminosos	20			20
	13.402	2.130	1.148	14.384

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Depreciação	2023	Adições	Baixas	2024
Móveis e utensilios	597	69		666
Veículos	1.799	854	408	2.245
Maquinários	712	248	194	766
Benfeitorias em bens de terceiros	1.388	46		1.434
Equipamento de Informática	1.593	128	1	1.720
Ferramentas	402	6		408
Instalações	463	62		525
Imobilização Leasing	1.143	109	288	964
Custo atribuído Veículos	47	2		49
Custo atribuído Maquinários	167	25	57	135
Letreiros e luminosos	20			20
	8.331	1.549	948	8.932
Total do Imobilizado	**5.071**	**581**	**200**	**5.452**

11 FORNECEDORES

	2024	2023
Fornecedores	23.962	29.498
	23.962	29.498

O período médio de crédito na compra é de 28 dias, a empresa efetua ainda pagamentos antecipados conforme negociação com os fornecedores. Não são cobrados juros sobre as contas a pagar que são sempre vencíveis em prazo não superior a um ano. A Sociedade coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

12.1 Resumos das características dos empréstimos

Os empréstimos são contraídos basicamente para fins de financiamento de suas atividades operacionais.

O valor justo dos financiamentos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

	2024	2023
Capital de giro		
Em moeda nacional:		
. Empréstimo capital de giro	13.579	25.620
. Finame	67.255	46.000
. Emprestimo folha pagto	53	45
. Cartão empresarial	261	311
. Nota comercial (a)	15.000	15.000
	96.148	86.976
Circulante	**22.228**	**13.100**
Não Circulante	**73.920**	**73.876**

a) Notas Comerciais em série única da espécie quirografária da emissora para distribuição privada, e deste termo de emissão será realizada com observância do requisito de Dispensa de Registro na CVM e Registro na Anbima. As notas comerciais não serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, realizada nos termos da Resolução CVM 160/2023 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensados do registro de distribuição perante a Comissão de Valores Mobiliários e tampouco de registro perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

13 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2024	2023
Salários a pagar	811	803
Pró-labore	7	7
INSS a recolher	502	507
FGTS a pagar	166	158
Férias a pagar	1.657	1.585
Encargos s/férias a pagar	588	563
Pensão alimentícia	5	4
IRRF s/folha	130	106
Contribuição sindical	5	5
	3.871	3.738

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

14 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER E TRIBUTOS DIFERIDOS

	2024	2023
IRRF s/serviços terceiros	7	289
ICMS a recolher	759	856
Tributos retidos lei 10.833	8	8
ISS retido - LC 116	31	47
PIS	2	
COFINS	11	
ICMS - ST	274	277
IRPJ diferido sobre o custo atribuído	5	8
CSLL diferido sobre o custo atribuído	2	3
ICMS 1% Lei 5005		1.570
	1.099	3.058
Circulante	**1.092**	**3.047**
Não Circulante	**7**	**11**

Os tributos a recolher estão representados em sua maioria por ICMS sobre vendas (diferencial de alíquota de ICMS).

15 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2024	2023
Outras contas a pagar	87	26
Consórcios		9
Alugueis a pagar	507	496
Seguros a pagar	57	57
	651	588

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

16 ADIANTAMETOS DE CLIENTES

	2024	2023
Adiantamento de clientes vendas futuras	53.441	41.562
Ordem de pagamentos recebidas	4.304	12.460
Adiantamento de clientes diversos	160	142
Adiantamento de cartão de crédito	17.687	2.608
	75.592	56.772

17 PROVISÕES CONTINGENCIAIS

	2024	2023
Provisões para contingências Fiscal/Tributária		
Difal diferença de alíquota do ICMS	2.470	2.516
INSS sobre Indenizações	396	396
PIS	581	208
COFINS	2.677	956
	6.124	4.076

A Sociedade é parte envolvida em processos, cíveis, tributários em andamento. De acordo com os consultores jurídicos há ações na condição de Provável Perda, tendo a empresa efetuado o registro contábil de R$ 6.124 em 2024 (R$ 4.076 em 2023) nos termos da norma contábil CPC-25. Possui ações com status de Possível Perda num montante de R$ 7.841 para fins de divulgação.

(a) Os processos em discussão base da provisão de contingências, estão amparados por depósitos judiciais como garantia para discussão do mérito.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

	2024	2023
Depósitos Judiciais		
PIS/COFINS - (a)	3.208	1.163
INSS sobre Indenizações - (a)	940	940
Diferencial de alíquota do ICMS - (a)	2.473	2.520
Depositos trabalhistas e civel	860	663
Depósito judicial ICMS 1% Lei. 5005		1.578
	7.481	6.864
Circulante	**860**	**664**
Não Circulante	**6.621**	**6.200**

18 CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade em 31 de dezembro de 2024 é composto por 2.000.000 cotas com valor unitário de R$ 1,00 cada, totalizando R$ 2.000 como segue:

	Qtde de cotas	Partic. %	2024
Roberto Cervellin Junior	1.340.000	67%	1.340
Carlos Alberto Lorca Cervellin	660.000	33%	660
	2.000.000	100%	2.000

18.1 Reserva de Lucro

	2024
Reserva de lucros	
Saldo em 31 de dezembro 2023	17.614
Resultado com Subvenção fiscal - crédito presumido ICMS	16.885
Resultado do exercício	(9.535)
Distribuição de lucros	(32)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	24.932

18.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O saldo da conta de ajustes de avaliação patrimonial, se refere a contrapartida do custo atribuído sobre o imobilizado, quando da adoção do CPC-27 e ICPC-10. Os valores estão sendo baixados pela realização da depreciação dos bens.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

19 RECEITAS

A seguir uma análise da receita da Sociedade e a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2024	2023
Venda de mercadorias	397.855	353.055
Venda de serviços	4.487	4.512
Receita bruta de vendas	402.342	357.567

	2024	2023
Receita bruta de vendas	402.342	357.567
Menos:		
Devolução de vendas	(17.181)	(11.638)
Impostos sobre vendas	(79.908)	(71.526)
Receita líquida	305.253	274.403

As receitas da Sociedade são constituídas pelas vendas de pisos e revestimentos e serviços.

20 RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receita Financeira		
Juros ativos	619	824
Descontos obtidos	200	458
Rendimento de aplicação financeira	2.027	1.435
Variação cambial ativa	62	834
Receita Financeira	2.908	3.551

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Despesa Financeira		
Juros sobre financiamento	(18.729)	(16.371)
Juros passivos	(350)	(195)
Despesas bancárias	(1.863)	(1.706)
Descontos concedidos	(133)	(51)
Variação cambial passiva	(40)	(1)
Juros sobre capital próprio	(2.416)	(3.988)
Despesa Financeira	(23.531)	(22.312)
Despesas financeiras líquidas	(20.623)	(18.761)

21 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Impostos Correntes

No exercício de 2024 o imposto de renda foi calculado com base no lucro real considerando as atuais alíquotas e a contribuição social sobre o lucro foi apurada considerando-se a taxa de 9% conforme legislação em vigor.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro real, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

	2024		2023	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Resultado do exercício	7.345	7.345	17.749	17.749
(+) Adições	2.408	2.408	1.865	1.865
(-) Exclusões	(18.757)	(18.757)	(14.948)	(14.948)
Base de cálculo	(9.004)	(9.004)	4.666	4.666
Alíquota máxima	25%	9%	25%	9%
Impostos apurados			1.143	420
Ajustes nos tributos			(107)	(35)
Tributos no resultado do exercício			1.036	385

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Tributos diferidos

	2024	2023
Imposto de Renda diferido	4	6
Contribuição Social diferida	2	2
	6	8

22 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2024	2023
Subvenção fiscal - crédito presumido ICMS (a)	16.885	15.895
Bonificação	2.099	2.140
Crédito de impostos	720	2.066
Recuperação de despesas	3.325	7.529
Outras receitas	1.269	
Ganhos de capital sobre venda imobilizado	906	78
Outras despesas	(66)	(32)
	25.138	27.676

a) Crédito de subvenção fiscal para investimento decorrente de crédito presumido do ICMS.

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade não possui operação com derivativos.

A estrutura de capital da Sociedade é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº 12, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Sociedade (que inclui capital social, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na demonstração da mutação do patrimônio líquido).

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

Em geral as Sociedades estão expostas aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Sociedade para cada um dos riscos acima, os objetivos da Sociedade, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Sociedade.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Sociedade.

As políticas de gerenciamento de risco da Sociedade foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Sociedade está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos.

As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Sociedade. A Sociedade através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Rubricado para fins de identificação
Approach
Auditores Independentes

	2024	2023
Contas a receber e outros créditos	85.692	65.640
Caixa e equivalentes de caixa	38.808	38.866
Saldo em 31 de dezembro	124.500	104.506

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Sociedade a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

A gestão de risco estabelece uma política de crédito na qual os atuais e novos clientes são analisados individualmente quanto a sua condição financeira antes de a Sociedade apresentar sua proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Sociedade inclui informações de empresas de crédito, quando disponíveis, e referencias bancárias.

Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, e representam o montante máximo de exposição ao qual não é requerida aprovação pela Diretoria. Esses limites são revistos periodicamente. Clientes que não atenderem as condições de crédito estabelecidas pela Sociedade somente são atendidos na medida em que realizarem a antecipação do pagamento.

A Sociedade requer garantias com relação às contas a receber provenientes das vendas de máquinas e equipamentos usados, tendo como garantia o próprio bem através dos contratos de Reserva de Domínio. As contas a receber pela venda de peças e acessórios não requer garantias nem outros recebíveis.

Perdas por redução no valor recuperável

Não foi constituído perdas por redução no valor recuperável porque na composição dos recebíveis na data das demonstrações contábeis é totalmente constituído de créditos a vencer.

Caixa e equivalentes de caixa

A Sociedade detinha caixa e equivalentes de caixa de R$ 38.808 em 31 de dezembro de 2024 (2023 - R$ 38.866), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras consideradas pelo mercado como de primeira linha.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Garantias

A política da Sociedade é fornecer garantias financeiras somente para garantia de empréstimos e financiamentos captados para investimento em negócios relacionados à atividade desta Sociedade e de pessoas ligadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A Sociedade monitora as exigências de fluxo de caixa. Tipicamente, a Sociedade garante que possui caixa à vista e/ou recebíveis de curto prazo suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de curto prazo, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A abordagem da Sociedade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Sociedade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

A Sociedade adota uma política de análise de sua exposição a mudanças na taxa de juros sobre empréstimos.

Gerenciamento do capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Sociedade define como resultados de atividades

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

operacionais divididos pelo patrimônio líquido.

24 COBERTURA DE SEGUROS

É política da Sociedade manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado, seguro empresarial e outdoor. De acordo com a orientação dos consultores de seguros e pela administração da Sociedade, os montantes assegurados são julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e da modalidade contratada.

25 PLANOS DE APOSENTADORIA

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade não possui planos de aposentadoria por benefício definido ou contribuição definida para seus empregados e administradores.

26 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 01 de setembro de 2025.

27 EVENTOS SUBSEQUENTES

A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

* * *

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes